

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1005022-51.2015.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça</b>
Embargante:	<b>Marcos Aurelio Carrara</b>
Embargado:	<b>Auto Posto Bandeira 1 Ltda</b>

MARCOS AURELIO CARRARA ajuizou ação contra AUTO POSTO BANDEIRA 1 LTDA, alegando a propriedade do caminhão Mercedes Benz, placas BKM-9231, sobre o qual a embargada fez inserir restrição perante o órgão de trânsito, em consequência de processo de execução, motivo pelo qual almeja proteção possessória e o levantamento da restrição.

A embargada refutou tal pedido, afirmando que o executado ainda é proprietário do veículo, pois descuidou de registrar a transferência documental.

Manifestou-se o embargante.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A embargada não impugnou os documentos juntados e a matéria fática alegada.

Em 10 de novembro de 2011 o caminhão foi vendido para José Fernando Micheloni. O documento de fls. 11, não impugnado, nem mesmo quanto à data, confirma a alienação anteriormente ao ajuizamento da execução.

Em 18 de novembro de 2011 José Fernando revendeu para o embargante.

Cuida-se de coisa móvel, cuja propriedade, segundo a lei civil se transmite com a mera tradição, como se depreende do artigo 1.267 do Código

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Civil. O registro da transferência perante o órgão de trânsito compreende mera formalidade administrativa, não interferindo no direito de propriedade, nem no contrato de compra e venda entre as partes.

Além do mais, os embargos de terceiro podem ser manejados tanto pelo proprietário quanto pelo possuidor, do que decorre a legitimidade ativa da embargante.

Nessas circunstâncias, cumpre atender o pedido de exclusão da restrição anotada perante o órgão de trânsito, a qual embaraça o exercício da propriedade e posse.

De outro lado, limitou-se o embargado a exercer um direito processualmente previsto, de buscar a penhora em bens da devedora, ocorrendo a restrição pelo fato de a embargante não ter promovido, em tempo hábil, a transferência do registro da propriedade do veículo perante o órgão de trânsito. Se isso tivesse acontecido, a anotação não incidiria sobre bem alheio, não mais integrante do patrimônio da devedora. Daí porque este juízo afasta a hipótese de responder o embargado pelos encargos do processo, mais plausível cada parte atender as próprias despesas, por medida de equidade.

Diante do exposto, acolho o pedido e excluo da constrição judicial o veículo adquirido pelo embargante, mantendo-o na posse livre e imperturbada, promovendo-se a anotação pertinente no sistema RENAJUD.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e cada qual pelas despesas processuais que enfrentou.

P.R.I.C.

São Carlos, 14 de julho de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**